

No ponto de vista das Ciências Políticas, entendemos como poder a possibilidade de exercer influência sobre a conduta de outros indivíduos em determinada relação social. A política pode ser vista como os meios pelos quais um sujeito ou grupo se organiza, exerce o poder ou o conquista.

Já o Estado é um modo específico de exercício do poder e a forma como se organiza o sistema político na maioria das sociedades atuais. Existem sociedades tradicionais nas quais o Estado não existe.

- Poder:

De acordo com Max Weber, o poder refere-se à imposição da própria vontade numa relação social, mesmo quando há resistência alheia. Essas relações de poder estão presentes em todos os segmentos da sociedade e podem aparecer de maneira explícita ou não.

Por exemplo, quando seus pais pedem para você chegar 00:00 da festa e você atende ao comando deles, você está sofrendo uma relação de poder direto (explícito), uma vez que você está sendo influenciado diretamente pelos seus pais.

Entretanto, também temos a relação de poder indireta, que é quando você realiza a vontade do outro sem que ele tenha te mandado fazer essa coisa. Por exemplo, você volta da festa 00:00, pois sabe que, se você voltar depois disso, eles irão ficar preocupados e chateados. Os pais também são influenciados de maneira direta ou indireta por seus filhos. Exemplo: quando o filho pede um presente e o pai compra (direto) ou quando o pai compra espontaneamente um presente para seu filho (indireto), já que sabe que aquele presente seu filho queria muito receber.

Relações de classe, controle social, exercício de autoridade, leis e normas sociais, poder dos governantes sobre os governados e indústria cultural são exemplos do exercício de poder na sociedade. Essas formas de poder caracterizam-se pela capacidade de influenciar a conduta coletiva de um grande número de pessoas.

Por exemplo, quando um patrão contrata um trabalhador, o patrão estabelece certas normas e atitudes que o trabalhador deve possuir (influência sobre ele, poder sobre ele). A legitimidade para o exercício desse poder são as relações de produção vigentes, que permitem ao patrão determinar a conduta dos empregados desde que não infrinja as normas previstas na legislação.

- Tipos de Poder:

- Poder Econômico:

Consiste na utilização de bens materiais como forma de exercer influência sobre a conduta de indivíduos, instituições e sociedades. Nas últimas décadas, o controle desse poder coube ao capital financeiro. Desse modo, grupos como banqueiros exercem grande influência nas decisões econômicas das sociedades, direcionando as ações de indivíduos, grupos e governantes nos mais diferentes níveis.

Há um predomínio do poder econômico sobre as decisões do Estado. Esse predomínio, muitas vezes, leva à perda de soberania fundamentada nos interesses coletivos da maioria da população, que fica submetida aos interesses privados das grandes corporações econômicas.

- Poder Ideológico:

Consiste na capacidade de influenciar a formação de ideias e práticas sociais para construir padrões de comportamento que reproduzam determinado modo de perceber o mundo. Nas sociedades contemporâneas, esse poder é mais facilmente percebido nos meios de comunicação de massa e nas diferentes formas de educação, assim como nos discursos científicos e religiosos.

Poder Político:

Se refere à possibilidade de uso de força como último recurso para a imposição da vontade sobre uma coletividade. De acordo com Norberto Bobbio, o monopólio legítimo desses instrumentos (de impor a vontade) constitui o poder político, ou seja, o consenso social de que aquele que detém o poder político pode fazer valer sua vontade sobre a coletividade em determinadas condições sociais e históricas preestabelecidas.

Por exemplo, o presidente, muitas vezes, toma decisões que não agradam a todos, de vez em quando a um pequeno grupo da sociedade, mas, por possuir o poder político, consegue impedir grande parte das revoltas contra essa medida, como a utilização da força e da polícia.

Ou seja, através da legislação e da polícia, conseguem administrar e organizar quais ações vão ser aceitas ou não dentro da nação.

- O poder legítimo e as formas de dominação:

As formas de exercício de poder podem ser legítimas ou não. Segundo Weber, elas são legítimas quando a influência exercida é aceita por aqueles que se submetem à vontade do outro, como no caso dos moradores de uma cidade ante as decisões da prefeitura.

Elas não são legítimas quando pressupõem apenas o uso da força para a imposição da vontade, como no caso das ditaduras. O exercício legítimo do poder é chamado por Weber de dominação. Para a Sociologia, o que é importa é a análise da dominação legítima.

Dominação tradicional:

Consiste na crença em instituições e regras transmitidas de geração em geração, conduzidas por um indivíduo ou grupo de pessoas, que se baseiam nos costumes para exercer a dominação. Exemplo: patriarcalismo, sistema feudal, coronelismo e o poder que o cacique exerce na tribo indígena.

Dominação carismática:

É estabelecida quando os dominados têm a crença de que há qualidades excepcionais em determinado indivíduo, algo que o torna superior aos outros e lhe permite exercer lideranças ou controle sobre eles. Por exemplo: lideranças religiosas, políticas, Hitler e Mussolini.

Para Weber, a dominação carismática se contrapõe à tradicional e propicia a transformação social, visto que a crença nas qualidades excepcionais do líder permite a ele estender suas ações para além dos limites das normas vigentes.

Dominação racional-legal:

É fundamentada em normas e regras aprovadas e aceitas por todos, tem como exemplo a burocracia. Normalmente, todo democrata realiza dominação racional-legal, uma vez que é eleito pela população através da lei (voto).

Para Weber, esse tipo de dominação caracterizaria o Estado moderno, no qual as relações entre cidadãos e Estado seriam marcadas pela impessoalidade, ou seja, com base em regras e normas convencionadas e seguidas por todos os membros de uma coletividade, sem nenhuma distinção.

Entretanto, é possível perceber que até mesmo em Estados democratas não há 100% de impessoalidade, uma vez que certos grupos da sociedade se beneficiam e são tratados de maneira distinta do resto da sociedade.

- Política:

Na Grécia Antiga, o termo política referia-se às questões relativas à vida da cidade (obra Política – Aristóteles). Nela, participar da política era uma atividade constitutiva do cidadão, ou seja, o indivíduo não seria um cidadão se não se interessasse pela política e não a praticasse.

A partir das revoluções liberais do século XVIII, a palavra passou a ser empregada para designar as atividades relativas ao controle do Estado.

Para Weber (concepção bem aceita pela Sociologia), a prática política significa exercer papel de liderança no Estado, ou na luta pelo poder, seja entre Estados, seja entre grupos dentro do Estado.

Ou seja, a política e o poder estão diretamente relacionados, pois o poder é recurso próprio para o exercício da política. Para conseguir exercer liderança e lutar pelo poder, é necessário que o grupo ou indivíduo tenha um certo poder sobre a sociedade.